

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 521.807 - SP (2019/0207874-9)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : PAULO ALEXANDRE DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PAULO ALEXANDRE DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* de próprio punho, com pedido liminar, impetrado por PAULO ALEXANDRE DA SILVA apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> VEC de Presidente Prudente/SP.

O Impetrante/Paciente relata que cumpre uma pena total de 37 (trinta e sete) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

Argumenta que já preencheu todos os requisitos necessários para a progressão ao regime semiaberto, pois teria cumprido 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Pleiteia a concessão da ordem para que seja deferida a progressão de regime.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 11-12.

As informações foram prestadas às fls. 14-37 e 71-74.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo se manifestou às fls. 54/55.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 78-81).

É o relatório. Decido.

Consoante informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau (fls. 71-74), em 17/09/2018, foi indeferido o pedido de progressão de regime, e contra a referida decisão não houve interposição de recurso. Em 17/07/2019, foi protocolado idêntico pedido, que ainda

# Superior Tribunal de Justiça

não foi apreciado pelo Magistrado singular, que entendeu devida a realização de exame criminológico, sob o fundamento de que "*o histórico prisional do paciente recomenda uma avaliação mais incisiva das suas condições pessoais, seja porque praticou crimes com violência ou grave ameaça contra pessoa, no presente caso, latrocínio e roubo, dentre outro; seja porque praticou faltas disciplinares de natureza grave durante o encarceramento*" (fl. 72).

Como se vê, o Tribunal de origem não se manifestou sobre o alegado preenchimento dos requisitos necessários para a progressão de regime, razão pela qual essa matéria não pode ser examinada neste *writ*, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Determino o envio dos autos à Defensoria Pública estadual para que avalie a situação do Paciente e adote as providências que entender cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora